

**CENTRO PAULA SOUZA ETEC JD ÂNGELA**

GEIZEBELL CRUZ PACONA

GEOVANNA GOMES SOUZA

IVANY GUEDES DA SILVA

LUANNA APARECIDA DELFINO

LETICIA DOS SANTOS SAMPAIO

LUCIANA DA SILVA DUARTE

MARIANA GONÇALVES MENEZES

RONICLECIO NASCIMENTO DOS SANTOS

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Inclusão de Pessoas com Deficiência

SÃO PAULO 2024

**GEIZEBELL CRUZ PACONA**

**GEOVANNA GOMES SOUZA**

**IVANY GUEDES DA SILVA**

**LUANNA APARECIDA DELFINO**

**LETICIA DOS SANTOS SAMPAIO**

**LUCIANA DA SILVA DUARTE**

**MARIANA GONÇALVES MENEZES**

**RONICLECIO NASCIMENTO DOS SANTOS**

Trabalho de conclusão de Curso, apresentado ao Curso Técnico em Serviço Jurídicos, da Etec da Jardim Ângela, orientado pelo Professor Henrico Silva, como requisito parcial para obtenção do título de técnico em Serviço Jurídicos.

Data da Apresentação:

Professor Orientador: Henrico Silva

Professor<sup>2</sup>:

Professor <sup>3</sup>:

SÃO PAULO 2024

## **DEDICATÓRIA**

O vídeo fornece uma maneira poderosa de ajudá-lo a provar seu argumento. Ao clicar em Vídeo Online, você pode colar o código de inserção do vídeo que deseja adicionar. Você também pode digitar uma palavra-chave para pesquisar online o vídeo mais adequado ao seu documento.

Para dar ao documento uma aparência profissional, o Word fornece designs de cabeçalho, rodapé, folha de rosto e caixa de texto que se complementam entre si. Por exemplo, você pode adicionar uma folha de rosto, um cabeçalho e uma barra lateral correspondentes. Clique em Inserir e escolha os elementos desejados nas diferentes galerias.

## **EPÍGRAFE**

*"A inclusão é um direito daqueles que precisam, e incluir é um dever de todos."*

*Letícia Butterfield*

## **TITULO: A precarização do acesso à informação sobre a curatela para pessoas com deficiência**

**Resumo:** Ao longo deste trabalho, foi possível observar que o acesso à informação sobre a curatela para pessoas com deficiência desempenha um papel crucial na efetivação de seus direitos e na promoção de sua dignidade. A curatela, embora seja uma ferramenta jurídica importante para proteger indivíduos que não possuem plena capacidade para gerir seus atos, deve ser aplicada de forma equilibrada, sempre respeitando o princípio da autonomia da pessoa, conforme assegurado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Além disso, ficou claro que muitas famílias e pessoas com deficiência ainda enfrentam dificuldades para compreender o processo de curatela e seus impactos. A falta de uma comunicação clara e acessível sobre os direitos e deveres envolvidos pode gerar barreiras significativas no exercício da cidadania plena dessas pessoas.

Assim, é imprescindível que as instituições públicas, como a defensoria pública e os órgãos responsáveis, intensifiquem seus esforços para garantir um acesso à informação mais amplo e efetivo, por meio de campanhas de conscientização, materiais informativos acessíveis e a simplificação dos procedimentos legais. Esse esforço colaborativo entre Estado, sociedade civil e as próprias famílias pode contribuir para a construção de um sistema mais justo e inclusivo, que respeite as particularidades de cada pessoa com deficiência, promovendo não apenas a proteção, mas também a autonomia e o empoderamento.

**Palavras-chave:** Pessoa com deficiência; inclusão; acessibilidade; direitos humanos; políticas públicas; autonomia; capacitismo; curatela; tutela; testamentária; estatuto da pessoa com deficiência;

**Título Em Inglês:** Precarious access to information about guardianship for people with disabilities

**Abstract:** Throughout this work, it was possible to observe that access to information about guardianship for people with disabilities plays a crucial role in realizing their rights and promoting their dignity. Guardianship, although it is an important legal tool to protect individuals who do not have full capacity to manage their actions, must be applied in a balanced way, always respecting the principle of the person's autonomy, as guaranteed by the Statute of Persons with Disabilities.

Furthermore, it became clear that many families and people with disabilities still face difficulties understanding the guardianship process and its impacts. The lack of clear and accessible communication about the rights and duties involved can create significant barriers to the exercise of full citizenship by these people.

Therefore, it is necessary for public institutions, such as public defense and responsible bodies, to intensify their efforts to ensure broader and more effective access to information, through awareness campaigns, accessible information materials and the simplification of legal procedures. This collaborative effort between the State, civil society and families themselves can contribute to the construction of a fairer and more inclusive system, which respects the particularities of each person with a disability, promoting not only protection, but also autonomy and empowerment.

**Keywords:** person with a disability; inclusion; accessibility; human rights; public policies; autonomy; ableism; guardianship; guardianship; testamentary; status of people with disabilities

## Sumário

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO .....	0
DEDICATÓRIA .....	2
EPÍGRAFE.....	3
TÍTULO: A precarização do acesso à informação sobre a curatela para pessoas com deficiência .....	4
OBJETIVO GERAL .....	1
OBJETIVO ESPECÍFICO .....	2
JUSTIFICATÓRIA.....	2
1. INTRODUÇÃO.....	3
1.1. O Que é Direito .....	4
1.2. Como surgiu o Direito .....	5
1.3. Ninho da Esperança.....	8
1.3.1. Nossa História .....	9
1.3.2. Ação social .....	10
1.4. Objetivos Específicos .....	11
1.5. ENTREVISTA.....	11
2. Contexto Histórico de Pessoas com Deficiência ao Longo das Eras 19	
2.1. Pré-história.....	19
2.2. Egito Antigo.....	19
2.3. Grécia .....	20
2.4. Roma .....	21
2.5. Cristianismo .....	21
2.6. Idade moderna e Idade contemporânea .....	22
2.7. Século XX .....	22

3.	Estatuto Da Pessoa Com Deficiência .....	22
3.1.	Deficiência Física, Intelectual E Múltipla .....	26
4.	O Impacto das Pessoas com Deficiência na Educação.....	27
4.1.	Impactos sofridos pelas pessoas com deficiência na política	30
4.2.	Impacto da deficiência na família .....	32
4.3.	Impacto do deficiente na sociedade.....	33
5.	Os Desafios Enfrentados pelos Deficientes.....	34
5.1.	Casos reais. ....	35
5.1.1.	Desafios e Superação: O Caso da Hidrocefalia .....	35
5.1.2.	Jornada de Superação de Obstáculos com Retardo Mental	
Leve	37	
6.	Conceito De Curatela .....	40
6.1.	Diferença de tutela e curatela .....	41
6.2.	A Importância da Curatela.....	41
6.3.	O Impacto Na Vida Do Curatelado E Seus Curador .....	42
6.4.	Forma de requisição .....	42
7.	Tutela Testamentária.....	43
7.1.	Fatos .....	44
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
9.	REFERÊNCIAS .....	45
10.	AGRADECIMENTOS.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>



## **OBJETIVO GERAL**

Vamos tratar de forma reflexiva e crítica as questões de inclusão e acessibilidade, buscando a compreensão de que todos têm o direito à vida, ao lazer é principalmente à educação, respeitando as diferenças existentes entendendo suas necessidades nos contextos educacionais, profissionais, familiares e sociais.

A Organização das Nações Unidas (ONU), ao adotar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 13 de dezembro de 2006, trouxe a lume o mais abrangente e significativo documento internacional dedicado exclusivamente às pessoas com deficiência.

Desde então, esse coletivo tem tido maior visibilidade no sistema internacional de proteção. Exemplo disso, são as referências específicas a esse grupo social existentes em uma das mais recentes agendas mundiais.

Composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015, trazem sete referências específicas quanto às pessoas com deficiência que visam a assegurar: a educação inclusiva e a oportunidade de aprendizagem; o emprego pleno, produtivo e de igual remuneração; o empoderamento e a inclusão social; o acesso aos transportes públicos e seguros; o acesso universal a espaços públicos seguros e inclusivos; a disponibilidade de dados confiáveis.

Que os estados partes eliminem as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência.

A inclusão social das pessoas com deficiência é um tema de grande relevância no contexto jurídico e social contemporâneo. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) representa um marco significativo na proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência, estabelecendo diretrizes claras para garantir sua plena participação na sociedade em condições de igualdade.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

A ONG Ninho da Esperança é uma dessas organizações, oferecendo atendimento gratuito para crianças, adolescentes e adultos com deficiência intelectual, física e múltiplas, realizando 67 atendimentos diários, tendo parceria com 24 redes e parcerias e 22 voluntários. Onde nosso trabalho será aplicado.

Localizada na R. Jupuruva, 76 - Riviera Paulista, São Paulo - SP, 04923-110 desempenhando um papel fundamental na promoção da inclusão social. Fundada em 1998, a Ninho da Esperança tem como missão assegurar espaços de referência para desenvolvimento de sociabilidade, independência e autonomia; sensibilizar grupos comunitários sobre direitos e necessidades de inclusão de pessoas com deficiência, buscando a desconstrução de mitos e preconceitos, promovendo a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência. Suas atividades abrangem uma série de programas e projetos que visam, a reabilitação física e emocional dessas pessoas.

## **JUSTIFICATÓRIA**

Ao longo da entrevista realizada na ONG Ninho da Esperança, foi possível constatar a relevância e a urgência da promoção da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. A partir das experiências compartilhadas pelos membros da organização e das necessidades identificadas junto aos

assistidos, torna-se evidente a necessidade de ações efetivas que garantam a participação plena e igualitária das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida social. A inclusão da pessoa com deficiência não se restringe apenas à adaptação de espaços físicos, mas engloba a garantia de acesso à educação, trabalho, saúde, cultura e lazer. Durante a entrevista, foi possível perceber os desafios enfrentados por essas pessoas no cotidiano, como a falta de acessibilidade, o preconceito e a exclusão social.

Diante desse cenário, a escolha do tema "Inclusão da Pessoa com Deficiência" para o nosso trabalho de conclusão de curso se justifica pela necessidade urgente de sensibilizar a sociedade e os órgãos públicos para a implementação de políticas inclusivas e pela importância de dar visibilidade às questões enfrentadas pelas pessoas com deficiência.

A partir dos relatos e experiências compartilhadas pela equipe da ONG Ninho da Esperança, comprometemo-nos a desenvolver um trabalho que promova a conscientização, a empatia e a busca por soluções concretas que contribuam para a efetiva inclusão das pessoas com deficiência em todas as esferas da sociedade.

## **1. INTRODUÇÃO**

A história da humanidade é marcada por uma diversidade de experiências e desafios enfrentados por indivíduos com deficiência. Desde os primórdios da civilização até os dias atuais, pessoas com diferentes tipos de deficiência têm desempenhado papéis significativos e enfrentado uma variedade de circunstâncias sociais, políticas e culturais. Este trabalho busca explorar essa jornada, desde os tempos antigos até os dias de hoje, analisando o contexto histórico das pessoas com deficiência ao longo das eras e examinando o impacto delas na sociedade, na educação e nos desafios que enfrentam.

Iniciaremos nossa investigação explorando o contexto histórico das pessoas com deficiência, desde os registros pré-históricos até as civilizações antigas, como o Egito e a Grécia, passando pelo período romano e chegando à influência do cristianismo. Em seguida, adentraremos na idade moderna e contemporânea, incluindo os desafios enfrentados no século XX.

Além disso, será discutido o Estatuto da Pessoa com Deficiência, destacando as definições e categorias de deficiência, como física, intelectual e múltipla, e as medidas legais destinadas à proteção e promoção dos direitos desses indivíduos.

Outro ponto de análise será o impacto das pessoas com deficiência na educação, examinando como suas necessidades e experiências moldam políticas educacionais, influenciam as dinâmicas familiares e contribuem para a diversidade e inclusão na sociedade. Serão apresentados casos reais de desafios enfrentados por pessoas com deficiência, destacando histórias de superação e resiliência, como os casos de hidrocefalia e retardo mental leve.

Ao explorar esses temas, buscamos não apenas compreender a história e os desafios das pessoas com deficiência, mas também promover uma reflexão sobre a importância da inclusão, da acessibilidade e do respeito à diversidade em todas as esferas da vida humana.

### **1.1. O Que é Direito**

A manutenção da paz social, que lutam pela busca de uma convivência harmônica O Direito pode ser entendido como um conjunto de normas que visam garantir e pelo bem-estar coletivo. De forma bem sucinta, o direito simplesmente visa dar a cada um, o que lhe é devido. Ele é o grande promovedor da justiça social.

A finalidade primordial do direito é restabelecer a harmonia social, interferindo diretamente nas condutas humanas, pondo limites à atuação do homem, seja através da imposição de obrigações, seja através de punições ou ainda, seja através de restrições.

## 1.2. Como surgiu o Direito

O Direito nasceu com a necessidade econômica que por sua vez é movida pela necessidade do homem de satisfazer os seus anseios, mas quanto mais tem, mais quer ter, sendo talvez a faísca das guerras, pois os bens são limitados. Cabe uma reflexão sobre o bem mais precioso que é a vida. Será justo ver guerras sacrificando pessoas, famílias e comunidades em prol de terras ou por puro “achismo” em se considerar mais forte e ter o direito de dominar os mais fracos.

A guerra gera desordem e o remédio para essa doença é a busca de um estado de paz e harmonia internamente e externamente do Estado, ou seja, um contrato, um pacto ou pactum, pois no íntimo os homens buscam estar juntos e não em pé de guerra uns contra os outros.

O contrato é um fruto da economia que se estendeu para o direito, mas enquanto este fruto se encontra na primeira não é uma garantia de paz, pois é uma forma de equilíbrio entre as partes do negócio. Na verdade, no campo econômico não tem a paz e sim lutas e tréguas. Nascendo o direito como instrumento de ordem entre os homens e satisfazendo as necessidades supremas do indivíduo e da sociedade.

A desordem e o egoísmo são elementos da economia, ou seja, do reinado do “eu” como vemos atualmente nos homens onde cada vez mais o “eu” reina, não respeitando o próximo. A moral como reinado do amor é o reinado da liberdade. Mas o que é ter amor ao próximo? Somente respeitar?

Não é ser algo verdadeiro e recíproco. Lembrando que os homens são diferentes entre si e cabe a cada um ter a sensibilidade de identificar essas diferenças e reduzi-las.

A sociedade como um organismo vivo é formada por vários órgãos e para essa sobrevivência é necessário instrumentos de ordem para buscar o equilíbrio desse organismo, caso contrário ficaria doente e posteriormente encontraria a morte. O mandato é um norte para direcionar qual conduta devemos seguir e caso ocorra à ameaça ou ação contrária ao mandato, virá a sanção como a força da obediência ao mandato, pois o direito é uma combinação de forças e de justiça, ou seja, a espada e a balança.

Qual o objetivo do direito? Eliminar as guerras? Mero instrumento opcional da economia? O direito se transforma assim como a sociedade, nas formas primordiais foi para combater as guerras como ato de invasão do domicílio alheio, o delito como homicídio e furto são alvo deste direito. Sendo as sanções civis e as penas meios de justiça onde a primeira restitui e as segunda penaliza.

Com a evolução do ordenamento jurídico fica claro de observar que as condutas anti-sociais são passivas de pena com objetivo de reprimir, castigar ou como forma de prevenção servindo de exemplo, não retribuído com o mal que foi praticado e tão pouco com vingança.

A propriedade nasce na plataforma da economia, e não do direito, mas como o direito defende algo que foi apoderado ou simplesmente titulado como “meu”? A propriedade foi e é instrumento econômico e passou a ser um direito, ou seja, a tutela de qualquer propriedade depende do seu mandato, da sua vontade e com isso nasce juntamente o direito subjetivo.

O contrato é o instrumento que explica melhor o nascimento do direito, pois esta conexas as guerras, sendo o acordo de vontade entre as partes, mas nada impede que esse acordo seja quebrado, basta que haja o não cumprimento das vontades no instituto econômico para interromper o contrato.

A evolução da sociedade requer mais leis para harmonizar a relação social entre os indivíduos. Essas novas leis nascem com a complexidade da sociedade, no decorrer da história, tivemos as Leis das XII Tábuas e o Código Babilônio do Rei Hamurabi com o intuito de ordenar as ações no âmbito da sociedade, com tamanha qualidade e consideradas bem avançadas pelo contexto histórico. O retrato das nossas leis atuais é em muitos casos de péssima qualidade tendo um efeito contrário ao pretendido.

As leis deveriam ser de conhecimento de todos, ao contrário do que vemos é privilégio de poucos. A complexidade, os termos técnicos e a falta de divulgação são pilares na plataforma da desgraça no ordenamento jurídico a transformação deve ser na direção da simplicidade para o conhecimento de todos.

O juiz e o juízo como chamamos atualmente de processo estão interligados, assim como a cognição e a execução, está sendo a satisfação de seu direito e aquela como produtora de conhecimento dos fatos. Seria possível o direito sem o juiz e o juízo? Na verdade, sem o processo a lei não poderia progredir e nem servir aos fins do direito, mas a figura do juiz como chefe em fazer a sua vontade através dos costumes é retratada no decorrer da história seja nas tribos ou nas sociedades bases.

O Estado é a sociedade juridicamente ordenada, não há Estado sem direito e não há direito sem Estado, sendo este derivado daquele.

A família foi à origem do Estado e é à base da sociedade, o Estado é a redução à unidade dos homens que o integram.

O princípio da nacionalidade na qual cada nação tem seu próprio Estado fica a pergunta como outro Estado pode intervir naquele? Quais os limites de uma nação para outra? Estado supranacional pode ser a solução de muitos impasses entres as diversas nações, mas o entendimento deve ser mútuo. A União Europeia tende a ser um bom exemplo do início de um Estado supranacional, mas é necessário o fim das “guerras” entres os Estados que a compõe.

A justiça é resultado da moral lançada pelo direito na economia. A justiça é fornecida pelas oficinas do direito. A jurisprudência é todo o trabalho dos operários do direito: advogados e juízes, por exemplo, onde cada vez mais são chamados para as complexidades econômicas com propósito de melhorar o ambiente socioeconômico.

O direito não consegue a justiça em sua plenitude mesmo tendo a técnica e a ciência operando com a lei, sendo necessário cada vez mais o estudo da jurisprudência não para fazer o direito bem ou mal, mas sim para vivenciarmos o direito justo.

### **1.3. Ninho da Esperança**

O Ninho da Esperança oferece atendimento gratuito para crianças, adolescentes e adultos com deficiência intelectual, física e múltiplas. Com atividades socioeducativas, laborterapia e trabalho assistenciais junto as famílias por meio de um corpo de voluntários que juntos com o quadro de recursos humanos fazem do dia a dia um espaço de inclusão e fortalecimento.

Metodologia Desenvolvida



O Ninho da Esperança tem por finalidade a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação das pessoas com deficiência, a partir de suas necessidades individuais e sociais.

### **1.3.1. Nossa História**

Os Padres Jaime Crowe e Eduardo McGettrick, as Irmãs dos Santos Nomes de Jesus, Maria José, Liliane, Francisca e Cecília, Servas do Espírito Santo, chegaram na Santos Mártires em 1987. Esta foi a década de democratização do país, crescimento dos movimentos sociais e intensas lutas pelo fim das desigualdades sociais e a construção da constituição de 1988.

Em 1989 quando já conheciam bem a realidade da população do entorno da Paróquia, eles com um grupo de pessoas que sonhavam com a paz, motivaram o nascimento da Sociedade Santos Mártires para dar suporte social aos trabalhos realizados pela Paróquia, de acordo com a necessidade das comunidades.

A maior necessidade naquela época era o atendimento a crianças nas creches e foi lá no Alto da Riviera que tudo começou com intensos e envolventes trabalhos voluntários. Um pouco mais tarde a comunidade continuava sinalizando e a entidade investiu no trabalho com crianças e adolescentes nos Centros para Crianças e Adolescentes e animou as pessoas a aprenderem a ler e escrever ingressando no MOVA.

Com a população das periferias da cidade aumentando e sem investimentos públicos os problemas também foram se intensificando. Iniciou-se uma incansável luta pela PAZ porque na década de 90 o Jardim Ângela ficou conhecido internacionalmente pela violência desmedida.

A entidade abriu as portas para a discussão que trazia ações para reduzir a violência. E foi com o incentivo do Fórum em Defesa da Vida que a comunidade sinalizou as dificuldades com o tráfico de drogas, violência doméstica, abuso sexual, jovens em conflitos com a lei, a falta de policiamento comunitário, Hospital e Unidades Básicas de Saúde, degradação do meio ambiente entre outros.

Diante da demanda apresentada pela comunidade a Santos Mártires abriu as portas para acolher os serviços para jovens nos Centros de Juventude, nos serviços de Medidas Socioeducativas RAC, Serviço de Proteção a Vítimas de Violência (SPVV), Abrigos para Crianças e Adolescentes, Centro de Defesa à Mulher Vítima de Violência Doméstica, Serviço de Atendimento à Família,

Núcleo de Defesa Ambiental Ângela de Cara Limpa, Ninho de Esperança, (CAPS AD, CUIDA, Bibliotecas Comunitárias, Tele centro e Abrigo de Mulheres que não integram mais a rede interna da instituição).

### **1.3.2. Ação social**

A ONG NINHO DA ESPERANÇA Promoveu uma reunião com os responsáveis das pessoas que são assistidas pela instituição, onde pudemos participar ativamente discutindo as necessidades que os cuidadores tinham no seu dia a dia. E após esta análise chegamos a uma conclusão que os familiares que ali estavam não tinham acesso a informações dos direitos e deveres de quem cuidadores. Em uma segunda oportunidade através de um questionário elaborado por nós alunos da ETEC JD ANGELA, e encaminhado aos familiares com questões que abordavam qual era o nível de dificuldade que os usuários têm para pratica da vida civil.

Com base nos dados colhidos organizamos uma palestra voltada para conscientização sobre a importância da curatela para indivíduos com deficiência. Com o objetivo de esclarecer a comunidade sobre a necessidade legal de garantir a proteção e os direitos dessas pessoas, a ação foi cuidadosamente planejada para trazer informações e orientações sobre a curatela, um processo jurídico que garante o acompanhamento e a gestão de questões legais, financeiras e pessoal de quem não tem plena capacidade de decidir.

No dia 11/10/24 fomos convidados a participar da festa dos dias das crianças onde contribuimos com doces para fabricação de sacolinhas para dar para os integrantes da ong ninho da esperança, participamos ativamente também com a organização e participação das brincadeiras, fortalecendo laços e promovendo a inclusão, o respeito e a autonomia das pessoas com deficiência, garantindo que elas possam viver de forma mais independente e protegida.

#### **1.4. Objetivos Específicos**

Assegurar espaços de referência para desenvolvimento de sociabilidade, independência e autonomia; sensibilizar grupos comunitários sobre direitos e necessidades de inclusão de pessoas com deficiência, buscando a desconstrução de mitos e preconceitos;

#### **1.5. ENTREVISTA**

**Entrevistador:** A quantos anos que você já trabalha na Ninho da Esperança?

**Claudia:** 11 anos

**Entrevistador:** Você já entrou como coordenadora?

**Claudia:** Eu entrei...Na verdade, o Nino da Esperança, foi um sonho, né, da irmã Filis, ela projetou na cabeça dela um espaço que pudesse atender a necessidade das mães. E na reunião que a gente fazia, arrumou esse espaço, e nesse espaço a gente foi tentando descobrir como atender essas famílias.

Eu comecei atendendo quatro crianças, até descobrir como fazer esse trabalho aqui dentro. Então, eu vinha à tarde, das duas até as quatro, e ficava aqui com as crianças, quatro crianças. Depois, a gente foi tendo outras ideias, que poderíamos ter voluntários, com carro, que pudessem ir às casas, pegar mais algumas crianças, e a gente ficar à tarde aqui no Ninho da Esperança.

Porque a família precisava, pelo menos, de algumas horas para poder ficar livre, e ter um tempo para elas.

E aí surgiu a Arca do Brasil, que ela abraçou o Ninho da Esperança.

A Arca do Brasil, vocês podem procurar, existem duas aqui no Brasil.

Eles me registraram para que eu pudesse ficar à tarde aqui, me pagavam metade de um salário para eu ficar à tarde com as crianças, eu desenvolvia qualquer atividade durante esse período, até eu entender o que a gente faria com aquelas crianças.

Depois, conforme foi melhorando, contratamos mais uma pessoa, um rapaz.

E aí, alguém disse, “Cláudia, você tem cara de assistente social”

Então, eu fui fazer faculdade, mas precisei sair da Ninho porque não estava conseguindo conciliar, depois eu retornei, como voluntária, e permaneci cinco anos assim, tentando ajustar como seria.

E aí, junto com a equipe, aí veio a Beth, veio mais uma pessoa, e a pessoa que ficou no meu lugar, ela saiu da equipe, então eu voltei como funcionária, e desde então faz 11 anos que eu estou como funcionária.

Então a nós fomos ajustando, adaptando de várias formas, para tentar melhorar o atendimento do Ninho.

Vinha só a tarde, aí pegava todo mundo, pegava uma turma de manhã, pegava outra turma tarde, e não dava certo!

Tínhamos vários carros de voluntários, cada um pegava uma turma, não dava certo!

Até que a gente ganhou uma perua, na época era uma tal de besta.

Então, a besta ia de manhã, pegava a criança, a tarde pegava outras, também era muito puxado, cansativo, precisávamos melhorar isso.

E aí conseguiu uma perua, que pegava uma turma, e ficávamos o dia todo com ela. Mas não deu muito certo, e tivemos que mudar novamente.

Fomos tentando se organizar, melhorando a forma de trazer essas crianças para cá.

As segundas eram dedicadas a reunião com as mães. Mas, as mães não compareciam, então, mudamos para cada 15 dias, também não deu certo, mudamos novamente agora apenas uma vez por mês.

Trazíamos uma psicóloga para as reuniões de segunda-feira, para atender as mães, nesse dia não atendíamos as crianças.

Nos dias de terça e quarta, as crianças estavam todas misturadas, grande com pequeno, acamados, fizemos então algumas alterações.

Os mais desenvolvidos ficaram na terça e quarta e quinta e sexta, a gente deixou para os acamados, são aqueles que a gente tem que dar comida na boca, trocar fralda, fizemos então essa separação.

Cada turma permanecia no Ninho nos seus dias, das nove até as quatro e meia, eram duas turmas, uma de terça e quarta e a outra de quinta e sexta. Fomos nos organizando assim.

**Entrevistador:** Quais são os desafios, que a ONG tem enfrentado?

**Claudia:** Eu acho que o desafio é como atender essa demanda que está na espera, somos em cinco funcionários, vivemos de doação até mesmo nosso salário é de doação. Então, é um grande desafio.

Nossa ideia, era atender essas crianças a semana inteira, e não só dois dias, é pouco.

Primeiro que em nenhuma ONG, pega criança ou adulto especial de fralda, porque são de 20 anos, 30 anos, usando fralda, ninguém pega, pode procurar, não tem, só aqui no Ninho.

Então, esse é um grande desafio.

Um desafio também é não ter voluntários.

Exemplo, a gente consegue voluntários por essa turma aqui.

Todo mundo quer vir, mas vem na turma de 5º e 6º, ninguém quer.

O pessoal tem medo, receio de quebrar. Essa turma que tem mais dependência é mais difícil de conseguir voluntario.

**Entrevista:** Qual o objetivo com o público da ong?

**Claudia:** o objetivo da ong e fornecer um tempo para as mães e preencher o dia das crianças, tem criança que passa o dia sozinha, o Gustavo, no final de semana a irmã trabalha e ele fica só, a irmã pede para um vizinho dar uma olhadinha. Eles vivem do benéfico do Bpc do Gustavo, mas no final de semana a irmã pega esses bicos em bife para complementar a renda, eles moram de aluguel, conseguimos na comunidade cesta básica mensal para ele e uma pessoa que paga o Uber que traz e leva ele para casa, a gente tenta ajudar. Gustavo é um dos nossos Xodó um sobrevivente. No site nós temos um vido do Fábio nosso funcionário descendo a escada da casa do Gustavo com ele nas costas, essa é mais uma das nossas dificuldades. Por isso que precisamos de um carro com elevador, e o nosso elevador quebrou amanhã a perua vai para o mecânico, aí a turma de quinta e sexta não vem, porque não sabemos que dia a perua fica pronta. Já esta na hora de trocar ta muito velho. As turmas estão chateadas porque eles esperam tanto pelo dia de vir.

**Entrevistador:** Quais são os direitos dos usuários na ong?

**Claudia:** eu não sei explicar exatamente essa pergunta... não sei se é exatamente o que vou responder... a gente busca em casa, tem o café da manhã, vai para a sala de atividade, tem o almoço, das 12 ate as 14 é o descanso deles das 14 vai para sala de atividade as 15:30 é o lanche e 16:30 a perua leva para casa. O nosso foco aqui é estimular, e socializar nós trabalhamos muito com música o Fabio é professor ele que aplica as atividades, não aplicamos atividades escolares nem fisioterapia.

**Entrevistador:** Quais os deveres dos usuários?

**Claudia:** É mais da família, mas eles não cumprem, a gente pede para comparecer na reunião, e que participem das atividades da Ninho. Mas é difícil, não olham agenda, não respondem WhatsApp, quando querem a vaga elas fazem de tudo para conseguir, depois somem, não aprece mais, não participam, não ajudam, não respeitam o horário da entrada e da saia das crianças.

**Entrevistador:** Quem são os responsáveis pelo Ninho?

**Claudia:** Na verdade todos somos responsáveis, mas eu estou como coordenadora mesmo, que assina documentação, essa é minha responsabilidade, eu sou como se fosse a gerente, mas eu não gosto desse papel, então todos somos responsáveis, a Bete está no bazar ela está responsável por ele, eu ajudo o Fabio ajuda, mas a responsabilidade é dela, a capitação é dela se alguém me der dinheiro eu entrego pra ela, agora se é documento, ela foi no mercado, ela tem que me passar tudo, para não virar uma bagunça, como agente não tem patrão a gente tem que se organizar. O Fabio é responsável pelas crianças, mas todo mundo ajuda a gente está sempre junto, vendo o que vamos fazer de atividade, hoje tem uma voluntaria então eu não preciso descer o tempo todo, estamos trabalhando juntos para o Dia das Mães, já desci já dei minhas ideias já contribui, a gente tenta se ajudar, a perua, eu vou com seu Caetano Fabio via, o horário das 9 às 16:30, mas contando a gente chega na perua antes, as 7:30 já estamos na perua, as 18 ainda temos criança para entregar, não dá para deixar seu Caetano leva-los sozinho porque, alguns são teimosos, querem tirar o cinto não ficam quietos, tem que ter alguém para ficar de olho, então vamos Fabio e eu junto na perua. O Fabio que nos ajuda para colar no carro, tirar do carro e trocar também, temos alguns alunos que são pesados eu não consigo, aí é o Fabio que ajuda. Já tem 4 anos que o Fabio está aqui, eu não encontro outro como ele, nos ajuda muito e nos damos muito bem.

**Entrevistador:** Claudia, você sente que os alunos da Ninho, sente falta do convívio familiar?

**Claudia:** Eu acho que sente, assim mais próximo né, tem uns que entende mais, eu falo pelo Gustavo, ele não tem ninguém, eu acho que ele gostaria de um afeto, essa irmã as vezes, ainda consegue levar ele shopping, quando viaja leva ele para praia, uma coisinha ou outra ainda acontece, o Marcos que não está vindo, a mãe agora diz que está gripada, mas não tem muita força, o menino fica numa casa que esta húmida, vive doente, essa semana ela mandou que ele não quer vir mais, eu falei, não Luisa fala pra ele vir pelo menos na sexta, ela disse que ia conversar com ele, ai mandei um audio, “ Marcos (é que ele está com depressão, então tem muito sono) se você não consegue vir dois dias vem só na sexta, você precisa sair dessa cama. O colchão dele tem



um buraco, de tanto que ele fica deitado, vendo tv e ele não enxerga bem fica só ouvindo barulho, é um corredor, não bate sol a casa é muito úmida mesmo, e ele vivi doente, eu falo para ele, se ele não sair de lá vai ficar pior. Dia 25/12 tem uma amiga minha que a 15 anos , que todo dia 25 ele ela leva ele pra passar o natal com ela, mas eu tenho que ir junto, e todos esses anos eu estou junto e ele ama isso, ele participa do amigo secreto com a familia ele ama fazer isso. E antes era só eu agora que ia com ele, agora eu peço pra mãe dele ir também, dar comida pra ele, porque é um dia da família eu largos os meus lá, não me ligo, minha filha tinha 1 ano hoje já tem 15, mas eles já sabem, dia 25 vocês almoçam ai sozinhos que eu vou lá com o Marcos, então oh... pelo menos isso.

## Matriz SWOT

### FORÇA

Boa equipe;  
Voluntários dedicados;  
Autonomia com o público-alvo;  
Sede própria;  
Gerente qualificada.

### FRAQUEZA

Poucos funcionários;  
Espaço pequeno;  
Localização escondida;  
Salário de doações;  
Renda instável;

### OPORTUNIDADE

Ajuda do governo;  
Aumento do efetivo de funcionário;  
Parcerias com outras instituições;  
Aumento dos atendimentos.

### AMEAÇAS

Se contrair verba do governo, perda de pacientes maiores de idade;  
Se obter verba do governo, qualquer erro fora dos conformes, contrair processos de funcionário e dívidas altas;  
Perda de funcionário por receber salários doados;  
Por falta de apoio do governo, encerramento das atividades.

## **2. Contexto Histórico de Pessoas com Deficiência ao Longo das Eras**

Para que possamos entender melhor a trajetória das pessoas com deficiência, em busca de direitos, faremos uma breve introdução na história da civilização humana, com intuito de demonstrar o quanto essas pessoas foram excluídas ao longo da história. É de suma importância o conhecimento histórico, para que os erros do passo não sejam repetidos e para que possamos evoluir como seres humanos.

### **2.1. Pré-história**

Não se sabe ao certo qual era a relação entre os homens das cavernas com as pessoas com deficiência. Sabemos que no período da pré-história os grupos humanos não tinham moradia fixa, para se abrigar do calor e do frio intenso, utilizavam-se de grutas e cavernas, não cultivavam plantação e viviam da caça e da pesca.

Estudiosos entendem que devido a todas estas condições seria pouco provável a sobrevivência de pessoas com deficiência, além do mais, a única lei que imperava nesse período era a lei do mais forte, só os mais fortes sobreviviam, sendo assim, uma pessoa com deficiência representaria um fardo para a tribo e provavelmente seria abandonado.

### **2.2. Egito Antigo**

No Egito Antigo, arqueólogos encontraram evidências de interação de pessoas com deficiência na sociedade. Através das artes egípcias, foi possível identificar essas relações. Nos papiros, folhas que eram utilizadas para textos governamentais e religiosos, ressaltavam a necessidade de respeitar pessoas com nanismo ou outras deficiências.

Nos papiros antigos do Egito também continham fórmulas para tratar doenças como infecções nos olhos. Roma ficou conhecida por muito tempo como a terra dos cegos, devido a essas infecções que causavam cegueira.

### 2.3. Grécia

Na Grécia, os livros de Platão a República e Aristóteles a Política, fala-se de pessoas “disformes” que deveriam ser eliminadas, através da exposição.

Todas as crianças eram treinadas desde o nascimento para a guerra, as crianças que nasciam “defeituosas” eram abandonadas para morrer, em um rio, floresta ou deserto, através da técnica de exposição.

*A República, Livro IV, 460 c - Pegarão então os filhos dos homens superiores, e levá-los-ão para o aprisco, para junto de amas que moram à parte num bairro da cidade; os dos homens inferiores, e qualquer dos outros que seja disforme, escondê-los-ão num lugar interdito e oculto, como convém (GUGEL: 2007, p. 63).*

*A Política, Livro VII, Capítulo XIV, 1335 b – Quanto a rejeitar ou criar os recém-nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada; com vistas a evitar o excesso de crianças, se os costumes das cidades impedem o abandono de*

*recém-nascidos deve haver um dispositivo legal limitando a procriação se alguém tiver um filho contrariamente a tal dispositivo, deverá ser provocado o aborto antes que comecem as sensações e a vida (a legalidade ou ilegalidade do aborto será definida pelo critério de haver ou não sensação e vida) (GUGEL :*

*2007, p. 63).*

## **2.4. Roma**

Em Roma as pessoas com deficiência também eram exterminadas, as leis de Roma permitiam que os pais matassem seus filhos caso nascessem com deformidade física, através de afogamento, lançadas de precipícios ou por exposição como na Grécia. Crianças nascidas com deficiência eram vistas como um castigo dos Deus, também eram vistas pelos supersticiosos como feiticeiros ou bruxos. No período da inquisição eram reconhecidas pela encarnação do mal e por isso destinadas a tortura e a fogueira.

## **2.5. Cristianismo**

O nascimento de Jesus Cristo, surgimento do Cristianismo, foi a partir de então que os deficientes deixam de ser coisas e passaram a ser pessoas, pois, pois, todos eram filhos de Deus. Os deficientes passaram a ter alma e deveriam ser tratadas com amor, não poderiam mais ser sacrificados.

Porém, contudo, ainda não eram sujeitos de direito, e viviam como pedintes quando não podiam trabalhar, ou para os que conseguiam

exercer alguma atividade, eram mantidos pelos religiosos ou comprados pela nobreza para divertir convidados em festas.

## **2.6. Idade moderna e Idade contemporânea**

Na Idade moderna as pessoas com deficiência eram tratadas como doentes que precisavam de cuidados médico, aos poucos aquela imagem de criatura maligna, foi substituída por uma visão científica.

Na idade contemporânea século XVI com a Revolução Francesa e o Iluminismo surgiram os valores como Igualdade, Fraternidade e Liberdade, a deficiência passa a ser tratada como distúrbio metálico, são criados os primeiros hospitais para cuidar e abrigar, indigentes e deficientes. Com os movimentos sociais da época houve a conquista dos Direitos Humanos.

## **2.7. Século XX**

Até então os únicos direitos adquiridos pelas pessoas com deficiência, era o direito à vida e a assistência médica. No Brasil os movimentos das pessoas com deficiência ganharam força com participação ativa no processo do Congresso Nacional Constituinte.

## **3. Estatuto Da Pessoa Com Deficiência**

O Estatuto da Pessoa com Deficiência é a denominação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei Nacional [2] nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Estabelece garantias e direitos fundamentais às pessoas com deficiência, buscando promover a inclusão social e a igualdade de

oportunidades. Tendo alguns pontos importantes que a lei inclui, como: Acessibilidade, Apoio familiar, combate à discriminação, capacidade civil, atendimento especializado, acesso à educação e ao trabalho. DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO O artigo 4º do estatuto da pessoa com deficiência, regula e define o conceito da pessoa com deficiência.

*Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.*

*§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. Podendo caracterizar pessoa com deficiência aquela que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. O estatuto regula os aspectos de inclusão das pessoas com deficiência, tendo em vista seus direitos fundamentais, como também prevê crimes e infrações administrativas cometidas contra os deficientes ou seus direitos.*

*§ 2º A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.*

*Art. 5º A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante. Parágrafo único.*

*Para os fins da proteção mencionada no caput deste artigo, são considerados especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência.*

*Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:*

- I – Casar-se e constituir união estável;*
- II – Exercer direitos sexuais e reprodutivos;*
- III – Exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar;*
- IV – Conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória;*



*v – Exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e*

*vi – Exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.*

*Art. 7º É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência. Parágrafo único. Se, no exercício de suas funções, os juízes e os tribunais tiverem conhecimento de fatos que caracterizem as violações previstas nesta Lei, devem remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.*

*Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de*

*outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.*

### **3.1. Deficiência Física, Intelectual E Múltipla**

No contexto do âmbito da inclusão social e no direito das pessoas com deficiência, este trabalho tem como objetivo explorar e analisar as condições de direitos das pessoas com deficiência física, intelectual e múltipla. Cada uma delas apresentam características distintas, demandando estratégias específicas para promover qualidade de vida e inclusão.

*“Deficiência física não é doença, é apenas uma característica que nos torna diferentes.”*

Esta citação de Quintana destaca a ideia de que as deficiências físicas não devem ser vistas como limitações, mas como parte da diversidade humana. Deficiência física são alterações completas ou parciais que levam à limitação da mobilidade e da coordenação geral, podendo também afetar a fala em diferentes Graus. Deficiência Intelectual: A deficiência Intelectual é caracterizada por limitações nas habilidades mentais em geral como no comportamento adaptativo, isto é: comunicação e orientação, as pessoas com deficiência intelectual têm dificuldade para entender, aprender e realizar atividades que são consideradas comuns para outras pessoas.

*“Não importa a condição intelectual, todos têm algo a ensinar e algo a aprender.”*

Rubem Alves, renomado educador e escritor brasileiro, expressa aqui a ideia de que cada indivíduo, independentemente de sua condição intelectual, possui valor e pode contribuir de maneira significativa

para o aprendizado e o crescimento coletivo. Deficiência múltipla: A Deficiência Múltipla é a associação, na mesma pessoa, de duas ou mais deficiências primárias (visual, auditiva, física, intelectual, psicossocial), com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade de adaptação.

#### 4. O Impacto das Pessoas com Deficiência na Educação

A educação inclusiva é um direito fundamental positivado **na Lei nº 13.146, de 2015 lei de inclusão da pessoa com deficiência (LBI)**: de todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência. Este estudo tem como objetivo investigar o impacto sofrido pelas pessoas com deficiência no sistema educacional, identificando os desafios enfrentados e as oportunidades de melhoria para garantir a igualdade de acesso e a qualidade de ensino para todos os indivíduos.

“Somente por meio da educação, do convívio e da inclusão todos poderão alcançar o seu melhor” (Rodrigo Mendes)

As barreiras físicas, sociais e pedagógicas representam obstáculos considerável na educação das pessoas com deficiência e afetam diretamente seu acesso, permanência e aproveitamento escolar. Vamos analisar cada uma dessas barreiras:

**As barreiras físicas** incluem a falta de acessibilidade nas escolas, como a ausência de rampas, elevadores, banheiros adaptados, sinalizações visuais e táteis, entre outros. Dificuldades de se moverem, mobilidade e acesso a vários ambientes escolares prejudicam a participação direta e de modo iguais dos alunos com deficiência. A infraestrutura

inadequada das escolas pode limitar a participação direta dos alunos em atividades educacionais e sociais.

**As barreiras sociais** referem-se à discriminação, descrédito e preconceito enfrentados pelas pessoas com deficiência no ambiente escolar e na sociedade em geral. Preconceitos, atitudes negativas e falta de sensibilização por parte de colegas, professores e gestores educacionais podem impactar a autoestima, o desenvolvimento social e emocional dos alunos com deficiência. A exclusão social e a falta de oportunidades de interação e participação plena na vida escolar prejudicam a inclusão e a construção de uma cultura escolar mais diversificada e acolhedora.

**As barreiras pedagógicas** envolvem práticas educacionais inadequadas, falta de adaptações curriculares e metodológicas, e ausência de recursos e tecnologias assistivas para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência. A falta de capacitação de professores para atuar em contextos inclusivos, a resistência à mudança de paradigmas educacionais e a falta de valorização da diversidade como um fator enriquecedor são desafios a serem superados. A particularidade na forma do ensino, a criação de ambientes de aprendizagem flexíveis e o desenvolvimento de estratégias personalizadas são essenciais para garantir a efetiva inclusão e o sucesso educacional dos alunos com deficiência. A superação dessas barreiras requer um esforço conjunto de todos os atores envolvidos no processo educacional, incluindo gestores, professores, alunos, familiares e a comunidade em geral. A promoção de uma educação inclusiva e acessível é fundamental para garantir o verdadeiro desenvolvimento e a participação mais direta das pessoas com deficiência no ambiente escolar e na sociedade como um todo.

As políticas públicas de inclusão e acessibilidade no ambiente educacional têm sido uma pauta importante nos últimos anos. Recentemente,

em Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Educação tem trabalhado ativamente para integrar a educação inclusiva em suas 47 regionais de ensino. Além disso, houve reivindicações por melhorias na política de inclusão educacional, visando garantir o atendimento adequado a crianças e adolescentes com deficiências ou transtornos nas escolas. A conscientização sobre barreiras como o capacitismo também tem sido destacada como fundamental para promover a educação inclusiva.

Em São Paulo, diversas iniciativas e parcerias têm fortalecido a educação inclusiva no ensino superior. O Governo de São Paulo e a Univesp, por exemplo, estabeleceram uma parceria que prevê o desenvolvimento de pesquisas, criação de cursos, palestras e workshops voltados para pessoas com deficiência. Além disso, tem havido um destaque para a importância da acessibilidade atitudinal nas instituições de ensino superior, enfatizando a atitude das próprias instituições. No entanto, também foi apontado que 94% dos professores não têm formação para lidar com alunos com deficiência, o que evidencia a necessidade de capacitação nessa área. Boas práticas e estratégias bem-sucedidas para a educação inclusiva de pessoas com deficiência envolvem a implementação de políticas e ações garantam o acesso equitativo à educação, independentemente das diferenças individuais. Algumas dessas práticas incluem:

**Acessibilidade Física e Tecnológica:** Garantir que as instalações educacionais sejam acessíveis para pessoas com deficiência, o que inclui rampas, elevadores, banheiros adaptados e tecnologias assistivas.

**Formação de Professores:** Capacitar os educadores para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência, promovendo uma abordagem inclusiva em sala de aula.

**Adaptação Curricular:** Oferecer materiais didáticos e atividades adaptadas para atender às necessidades individuais dos alunos com deficiência, garantindo que todos tenham acesso ao currículo escolar.

**Apoio Individualizado:** Prover suporte individualizado, como tutores ou assistentes de sala, para auxiliar os alunos com deficiência em suas atividades acadêmicas.

**Participação da Comunidade Escolar:** Envolver os pais, responsáveis e membros da comunidade na promoção de um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os alunos.

Essas são apenas algumas das práticas e estratégias que contribuem para o sucesso da educação inclusiva de pessoas com deficiência. A implementação efetiva dessas ações requer um compromisso contínuo das instituições educacionais e da sociedade como um todo.

#### **4.1. Impactos sofridos pelas pessoas com deficiência na política**

Os impactos sofridos pelas pessoas com deficiência na política, é um tema de extrema relevância que merece ser discutido devido aos desafios enfrentados por esse grupo na busca por inclusão e representatividade. Neste contexto, esta pesquisa tem como objetivo investigar os impactos sofridos pelas pessoas com deficiência no cenário político, analisando de que forma tais impactos influenciam sua participação cidadã e o exercício de seus direitos sociais.

Para alcançar esse propósito, essa pesquisa se baseia em uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas com representantes de

organizações que atuam em prol dos direitos das pessoas com deficiência, palestra e profissionais engajados na promoção da inclusão política.

As pessoas com deficiência continuam a enfrentar diversas barreiras no ambiente político, que vão desde a falta de acessibilidade física nos locais de votação até a sub-representação desse grupo em cargos de poder e nas tomadas de decisão. Em palestras e em uma entrevista com profissionais que vivem de perto todas essas dificuldades, foram levantadas a possibilidade e crença, que essa questão só será melhorada quando houver mais oportunidades e inclusão de verdade nas áreas profissional e de cargos políticos por esse grupo que sofrem e compartilham das mesmas dores. A ausência de políticas efetivas de inclusão e a discriminação enraizada na sociedade contribuem para a marginalização e exclusão política das pessoas com deficiência, impactando diretamente sua participação cidadã e seus direitos sociais.

A inclusão política das pessoas com deficiência é indispensável para a consolidação da democracia e para a garantia da igualdade de direitos. É indiscutível que sejam adotadas medidas que promovam a participação plena e efetiva das pessoas com deficiência na esfera política, assegurando a representatividade e a voz ativa das pessoas com deficiência nas decisões que afetam suas vidas e comunidades.

Diante dos desafios e impactos enfrentados pelas pessoas com deficiência no âmbito político, é indispensável e de suma importância a implementação de políticas públicas mais inclusivas e ações verdadeiras que garantam a direta participação e representatividade desse grupo das pessoas com deficiência na área política. A construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e igualitária requer o reconhecimento e valorização das experiências e vozes das pessoas com deficiência, contribuindo para a

promoção da justiça social e efetivação dos direitos humanos para todos os cidadãos.

#### **4.2. Impacto da deficiência na família**

O impacto da deficiência na família. Pais e mães sempre querem ter filhos saudáveis. Cada filho que nasce traz consigo os sonhos dos pais com ele, a realização de alguns sonhos não realizados pelos pais, os quais acabam projetando seus sonhos nos seus filhos. Mas ao nascer uma criança deficiente, o real vai ao encontro dos sonhos, e assim os pais se encontram de frente a uma nova realidade, uma situação traumática, um novo desafio. E nesse momento difícil os pais enfrentam uma espécie de luto devido a projeção que os pais tiveram sobre essa criança, esse processo de luto sempre vem com sentimento de culpa. Questionamentos muitas vezes o porquê a mudança do percurso da vida. Tendo que se reorganizar a vida e os projetos, sonhos para se encaixar em uma nova realidade.

Após a fase do luto, os pais enfrentam um processo de adaptação com um misto de triste raiva e revolta. Depois vem o processo de isolamento por não aceitar a deficiência do filho, pois esses pais não conseguem compartilhar a dor com as outras pessoas.

Após essa fase a família desenvolve um mecanismo para enfrentar os novos desafios. Começam a procurar ajuda de profissionais para ajudar a entender como lidar com o processo de reabilitação para cada tipo de deficiência, para garantir o mais alto nível de autonomia para seu filho, para que esse possa ter uma vida socialmente ativa. Nesse momento o pai se dedica ao trabalho e para trazer o sustento, enquanto essa mãe se dedica aos cuidados do filho, e com o passar do tempo esse pai e essa mãe se tornam companheiros e não mais um casal. Sofrendo assim uma mudança geral no cotidiano daquele casal que sonhou muito com aquele filho



### 4.3. Impacto do deficiente na sociedade.

A sociedade, desde os seus primórdios, sempre inabilitou os portadores de deficiência marginalizando e privando-os da liberdade. Essas pessoas sempre foram tratadas sem respeito sem atendimento sem direitos, sempre foram alvo de atitudes preconceituosas e ações impiedosas. Ex Manicômio de Barbacena que em 1903, chegou a abrigar 5 mil pacientes em condições precárias e desumanas. Dentre esses pacientes existiam pessoa que não tinham problemas psicológicos que eram internados lá porque tinham algum tipo de deficiência e a família não aceitava e acabava os internados para esconde- Los da sociedade.

Atualmente existem alguns movimentos nacionais e internacionais que visam buscar o consenso para formação de políticas de integração e de educação inclusiva, sendo que seu ápice foi a conferência Mundial de educação Especial, que contou com 88 países e 25 organizações internacionais em uma assembleia geral.

De acordo com constituição Federal de 1988, foram assegurados direitos às pessoas com deficiência dentre eles direito a vida, igualdade, habitação reabilitação profissional, direito ao trabalho e a educação.

Mas não e bem isso que encontramos na nossa realidade. As pessoas com deficiência representam 15% da população mundial, cerca de um bilhão de habitantes, conforme divulgada pela OMS, no relatório mundial sobre a deficiência. Trata se na minoria do planeta

A desigualdade vivida por elas como analfabetismo, desemprego, baixa renda falta de qualificação profissional, desemprego e

entre outras. Conforme senso de 2010, cerca de 23, 9% aproximadamente 45 milhões de pessoas com deficiência sofre com as incontáveis barreiras que dificultam seu acesso à oportunidade que deveriam ser para todos. Uma sociedade que vê na deficiência um fardo e que segue projetando o acesso à vida a partir de modelos únicos de humanidade seguira pobre em sua essência.

A acessibilidade não é uma gentileza ela é uma obrigação tendo em vista que a pessoa com deficiência consome e pagam seus impostos, por tanto seguem sem acesso a serviços disponíveis a maioria das pessoas de cada grupo tem necessidades distintas. E cada indivíduo passa por dificuldades específicas. A acessibilidade nesse sentido, deve ser pensada diversas camadas, como por exemplo para deficientes sensorial e intelectual. Os serviços oferecidos foram pensados em deficientes físicos, mas não foi projetado para um deficiente intelectual ou até mesmo para um TEA que não tem um espaço adequado para ficar sem barulho por exemplo. A diversidade é grande e temos que perceber que existe uma grande necessidade distinta. Na comunidade das pessoas com deficiências não é diferente, são necessidades diferentes.

## 5. Os Desafios Enfrentados pelos Deficientes

**O desafio da acessibilidade arquitetônica** está presente na estrutura urbana, na arquitetura pública e privada, onde são incontáveis as barreiras físicas que impedem ou dificultam o acesso de pessoas com deficiência.

**O desafio da acessibilidade** está presente nas instituições de ensino e nas organizações onde a troca e a construção de conhecimento acontecem. Sem metodologias dedicadas a eliminar barreiras sensoriais e intelectuais do processo de ensino, não há acessibilidade.

**O desafio da acessibilidade programática** está presente na construção de políticas públicas. Sem leis, decretos e portarias criados com o objetivo de fazer avançar os direitos humanos em todos os seus âmbitos, muitos serviços de utilidade pública se tornam inacessíveis à parte da população.

**O desafio da acessibilidade instrumental** está presente nos instrumentos, ferramentas e utensílios disponibilizados nos âmbitos escolar, profissional e recreativo.

**O desafio da acessibilidade nos transportes** está presente nos veículos, nos pontos de paradas, terminais e estações do transporte público, nas calçadas, e na preparação dos profissionais que atuam no setor (especialmente em tempos de urbanização).

**O desafio da acessibilidade nas comunicações** está presente em todas as instâncias da comunicação, seja interpessoal, escrita ou virtual.

**O desafio da acessibilidade digital** está presente tanto no acesso físico de equipamentos ou softwares, quanto na apresentação dos conteúdos, questão ainda carente de soluções no âmbito legislativo e de interesse no âmbito individual.

## **5.1. Casos reais.**

### **5.1.1. Desafios e Superação: O Caso da Hidrocefalia**

Caso real de uma jovem que aos 24 anos foi internada às pressas devido uma forte dor de cabeça, e após uma tomografia foi diagnosticada com hidrocefalia, e precisou ser submetida a uma cirurgia para

implantação de uma válvula para drenar o líquido acumulada no cérebro. E que após alguns dias internada teve alta, mas dias depois voltou ao hospital com queixas de dor de cabeça e muita confusão mental. Novamente foi submetida a uma nova cirurgia para retirada da válvula, pois o corpo estava rejeitando, mas na mesa de cirurgia ela sofreu um derrame cerebral hemorrágico, mas por já estar com o caixa craniana já aberta ela não sofreu muita pressão no cérebro. Mas como consequência ela ficou com sequela do lado direito do corpo. Após mais 30 dias de internação ela volta para casa sem andar e sem falar, então ali começou uma grande luta desta mãe que levou sua filha para o hospital andando e falando volta com ela para casa totalmente decente de ajuda.

Essa mãe tinha que sair trabalhar e deixava sua filha com sua irmã menor com apenas 12 anos de idade, cuidando de uma pessoa totalmente dependente para os cuidados diários como se alimentar e ajuda para higiene pessoal. Para essa mãe foi um impacto muito grande ao receber essa sentença para vida daquela jovem. O hospital disponibilizou o tratamento de reabilitação, mas essa mãe não se dispunha de recurso para levar essa filha para fazer a fisioterapia, as vezes o hospital fornecia a ambulância para buscar essa filha para reabilitação, mas por muitas vezes essa jovem tinha um mesmo recurso p voltar para casa e passava o dia no hospital com fome, pois a família não tinha recursos. Muitas vezes o seu pai conseguia pedir que ambulância do serviço dele fosse buscar ela no centro de reabilitação.

Essa mãe enfrentou a processo de aceitação e de luto, e depois teve que lidar com o preconceito e a discriminação contra a sua filha e contra ela, que por muitas vezes teve que se ausentar do trabalho para levar a filha para o médico.

Sofrendo assim muito discriminação e olhares de declinatório, por muitas vezes essa mãe foi julgada por faltar ao emprego para

cuidar da filha, até que ela entrou com pedido de licença p cuidar dessa filha. Mas mesmo diante da empresa deixar com que essa mãe se afaste do trabalho para cuidar da filha, essa mãe sofria com as piadas sem graças dos companheiros de trabalho.

### **5.1.2. Jornada de Superação de Obstáculos com Retardo Mental Leve**

Essa é uma história de uma mãe aflita que tem uma filha que foi muito planejada, mas que durante a gestação passou muito nervoso e teve alguns problemas na gestação Ex: sangramentos, nervos.

Mas ao chegar no mês de agosto de 1996, com seis meses de gestação essa mãe passa um nervoso muito forte que fez com que ela entrasse em trabalho de parto, ela foi levada p hospital e o médico falou que se essa criança nascesse seria impossível ela sobreviver. Então começou um tratamento p evitar o parto antecipado formaram meses difíceis, porém ela teria que ficar de repouso absoluto e continuar tomando medicações.

Mesmo assim passado dois meses tomando remédio e de repouso, em 15 outubro 1996 essa criança nasceu de parto cesariana. Primeira coisa que essa mãe percebeu e que ela não chorava, rapidamente os médicos a levaram a neném da sala e não voltaram com a criança, a mãe aflita pergunta toda hora pela sua filha e eles diziam que estava tudo bem. Quando chegou a hora da visita as avós vieram visitá-la e foram até o berçário e está tudo aparentemente normal a bebe só estava na estufa. Após 3 dias no hospital a mãe teve alta e voltou p casa com seu lindo bebê, mas essa mãe começou a notar com os meses que sua filha não era igual as outras crianças, seu corpinho aos 6 meses ainda era molinho e não consegui ficar firme no colo, era sempre necessário uma mão nas costas do bebê p que ele não caísse para trás, depois veio a dificuldade p andar e falar, mas a mãe levava ao médico e eles falavam que era normal, mas mesmo assim essa

mãe achava estranho de mais a filha dela ser diferente das outras crianças. Dois anos depois do seu nascimento, nasci sua prima as duas brincavam justas só que sua prima Bianca era mais esperta que ela subia na beliche descia e Patrícia não fazia nada disso ainda, foi quando a Patrícia relatou p seus pais que quando ia p casa da prima seus tios a colocavam em cima da beliche e falava que ela não iria comer se não desce sozinha e ali ela permanecia por horas, com medo de descer da Beliche sua mãe decidiu então que ela não iria mas deixar sua filha a passar por isso.

Na fase escolar foi o maior desafio que essa mãe passou, toda reunião ela era convocada para aguardar o término da reunião para conversar em particular, essa mãe já se sentia aflita pois sabia que seria as mesmas reclamações que sua filha não acompanhava o ritmo dos outros alunos e que ela vivia no mundo da Lua, ao levar sua filha ao médico e fazer esses relatos o médico dizia que era normal que cada criança tinha o seu tempo.

Até que quando sua filha completou 10 anos e ainda não era alfabetizada, ela mesmo resolveu alfabetizar sua filha em casa usando matérias tirados da Internet e comprados p ajudar a sua filha, mas naquele ano Patrícia tinha sido trocada de professora a pedido da mãe.

E esse ano foi um grande marco da vida da sua filha, prof. Rose sempre muito dedicada e amorosa, comprou um livro e deu de presente para sua filha, e ali nasceu um ato de amor essa professora juntamente com a mãe trabalharam insistente mente até que a Patrícia aprendeu a ler e a escrever. Mesmo assim ela ainda estava atrasada perto das outras crianças, foi então que a coordenadora pedagógica da época encaminhou a Patrícia para ABD (Associação Brasileira de dislexia). Enquanto isso sua mãe estudou prestou a prova e conseguiu entra para faculdade de pedagogia, pois essa

mãe achava que os professores estavam muito mal preparados para lidar com as diferenças.

Após vários exames testes e depois de passar por uma equipe multidisciplinar foi fechado o diagnóstico da Patrícia como (CiD F.70) um retardo mental leve, foram chamados os pais para receberem o laudo e as orientações e direitos dessa criança. A médica disse que era para tirar a Patrícia da escola pois, ela não acompanharia as amigas e ficaria para traz e com o tempo o retardo ficaria mais evidente. Os pais dessa criança saíram daquele lugar com uma sentença de morte para filha, os dois choraram por horas e foram momentos difíceis tiveram que passar por um momento de luto, pois ali havia morrido toda a sua esperança e toda os seus sonhos. Mas eles passaram por esse luto juntos.

Depois de algum tempo como essa mãe está estudando começou a saber os reais direitos que sua filha tinha, e começou a buscar por esses direitos, Ex Professor auxiliar, a prova não ser corrigida de vermelho, um tempo maior p realizar essa prova e se ela não conseguisse escrever mais pudesse verbalizar a prova seria válida. E assim nasceu uma nova filha, e os novos pais de uma criança especial.

Com o nascimento desta criança e com a aceitação desses pais foi possível que eles comesçassem a entender o novo processo que teriam que passar com essa filha, juntamente esses pais foram aceitando as limitações da sua filha e aceitando que ali nascia um novo e grande desafio que seria lutar pelos direitos desta filha e não aceitar que essa filha fosse sujeitará a preconceito e discriminação.

Hoje Patrícia tem 27 anos terminou os estudos, está casada e vive uma vida normal, sem limitações

## 6. Conceito De Curatela

O conceito de curatela se resume em um instituto jurídico que visa proteger pessoas Incapazes de cuidar de si mesmas e de seus interesses. É como se fosse um “escudo” Legal para aqueles que, por algum motivo, não conseguem tomar decisões e gerenciar Suas próprias vidas.

Um instituto jurídico é um conjunto de normas e princípios jurídicos que regulam Uma determinada área do Direito, com objetivo de solucionar problemas específicos E organizar as relações sociais. É como um “pacote” de regras que visam a disciplinar Um determinado aspecto da vida social. Para entender melhor, pense em: Proteção: A curatela é como um conselheiro que protege o curatelado de tomar Decisões que podem prejudicá-lo, como gastar todo seu dinheiro ou fazer contratos Que não compreenda. Representação: O curador, nomeado pelo juiz, assume o papel de representante Legal do curatelado, tomando decisões e administrando seus bens em seu nome. Incapacidade: A curatela é aplicada a pessoas que, por motivos de saúde mental, Como doenças mentais, ou por incapacidade, não Conseguem exercer seus direitos e deveres de forma autônoma. A curatela é uma decisão excepcional, aplicada apenas quando realmente Necessária. O curatelado tem direito a receber informações sobre as decisões Tomadas em seu nome pelo curador, a curatela pode ser total, quando o curador toma Todas as decisões, ou parcial, quando ele toma decisões apenas em relação a certos Atos específicos. A curatela é uma medida legal que protege pessoas que, por algum motivo, não C conseguem cuidar de si mesmas e de seus interesses. Ela é aplicada a indivíduos que, Por motivo de doença mental, enfermidade ou deficiência mental, ou por causa Transitória, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil. O juiz Nomeia um curador para representar e cuidar dos interesses do curatelado, sempre buscando o seu bem-estar Leve.



### **6.1. Diferença de tutela e curatela**

A tutela e a curatela são mecanismos de defesa e proteção de menores ou das pessoas que são consideradas incapazes de praticar os atos da vida civil. A curatela, por sua vez, é aplicada a adultos que, devido a condições como deficiência intelectual ou doenças mentais, não conseguem tomar decisões sobre sua própria vida. O curador pode ter poderes plenos, atuando em todas as áreas da vida da pessoa, ou restritos, onde suas funções são limitadas a aspectos específicos. A tutela geralmente é aplicada a menores de idade ou a pessoas incapazes que não têm pais ou cujos responsáveis não podem exercer a guarda. O tutor assume a responsabilidade por cuidar do menor, representando-o em decisões que envolvem sua educação, saúde, patrimoniais, administração de bens, entre outras obrigações. A tutela se extingue quando o menor atinge a maioridade ou quando deixa de ser necessária. Esses mecanismos visam garantir que os direitos e as necessidades das pessoas incapazes sejam protegidos e atendidos de maneira adequada.

### **6.2. A Importância da Curatela**

Quando familiares ou amigos percebem que alguém precisa de ajuda para gerenciar sua vida financeira, saúde ou questões pessoais, podem solicitar a curatela ao Judiciário. O juiz avalia a situação e, se necessário, nomeia um curador responsável por tomar decisões em benefício do curatelado. Essa figura é crucial, pois deve agir sempre visando o bem-estar do indivíduo, respeitando sua dignidade e autonomia na medida do possível. A curatela é vital para assegurar que pessoas vulneráveis tenham suas necessidades atendidas e seus direitos protegidos. Ela promove um ambiente mais seguro e justo, onde todos podem viver com dignidade e cuidado. Além disso, a curatela também desempenha um papel educativo e de conscientização na sociedade, pois ao discutir e regulamentar essa prática, aumentamos a compreensão sobre a importância de cuidar dos mais vulneráveis, incentivando uma cultura de respeito e inclusão. Essa

conscientização pode levar a um maior apoio comunitário e à formação de redes que garantam que todos os indivíduos recebam o suporte necessário para uma vida plena e saudável.

### **6.3. O Impacto Na Vida Do Curatelado E Seus Curador**

A curatela é importante ressaltar que e previsto no artigo 1775 do Código Civil, que pode ser solicitada pelo cônjuge, pais ou um familiar próximo. Seu objetivo é proteger os bens da pessoa assistida, sem interferir em sua autonomia em áreas pessoais, como amizades, religião ou decisões familiares. A curatela aplica-se apenas a atos que exigem capacidade civil plena, como questões financeiras e de saúde, permitindo que alguém assuma responsabilidades práticas, como pagamento de contas e recebimento de dinheiro, quando a pessoa não pode fazê-lo sozinha.

Após a decisão judicial, o curador assume a curatela, adquirindo a responsabilidade de administrar o patrimônio e cuidar da pessoa do interditado. Ao assinar o termo de compromisso, ele deve agir sempre em benefício do interditado, com zelo e boa fé, podendo ser obrigado a prestar caução se os bens forem significativos. Suas ações são fiscalizadas e ele deve oferecer cuidados pessoais, seja diretamente ou por meio de profissionais supervisionados. O curador é responsável também pelas despesas de subsistência, educação e saúde do interditado, comunicando ao juiz sobre qualquer mudança na renda. Além disso, ele deve garantir que o interditado receba a medicação adequada e preservar sua dignidade humana.

### **6.4. Forma de requisição**

A solicitação da curatela deve ser feita por meio de uma ação judicial, que pode ser ajuizada através da defensoria publica. Defensoria publica atendi pessoas de baixa renda que necessitam de auxilio a justiça.

Como ter acesso a defensoria publica, você pode ligar no telefone Fone 0800.773.4340 disponível de segunda a sexta das 7:00 as 19:00 horas ou através <https://www.defensoria.sp.def.br/> assistente virtual defi. Após ser agendado um dia para apresentação do requisito para atendimento de que a Pessoas não têm condições financeiras para contratar um advogado. Em geral, são atendidas pessoas com renda familiar de até 3 salários mínimos por mês.

Os documentos necessários para tanto são os 3 últimos contra cheques, os 3 últimos extratos bancários, inclusive poupança se tiver. Após a análise financeira, será agendado outra data para apresentação de documentos que comprovem a incapacidade civil, como laudos médicos, pareceres técnicos ou relatórios psicológicos e exames já existentes.

## **7. Tutela Testamentária**

Sabendo que a morte é uma certeza e que a orfandade assusta muitos pais, vamos conhecer um pouco sobre a tutela testamentária, e buscar a resposta para a seguinte pergunta... “Quem vai cuidar do meu filho quando eu morrer?” A tutela testamentaria é meio pelo qual os pais ainda em vida, através do ato de última vontade, indicam quem será o tutor ou curador escolhido por eles, para cuidar de seus filhos e de seus interesses. Conforme os art. 1729 e 1774 do código civil, é direito dos pais em conjunto, nomear tutor ou curador aos filhos. Já no art. 1735 inciso III, os pais podem excluir pessoas de exercer essa função. Esse direito deve ser expresso através de testamento ou qualquer outro documento autêntico.

O exercício da tutela pode ser individual ou em conjunto, podendo ser nomeado mais de uma pessoa. A opção escolhida deve estar clara no testamento, para que não fique dúvidas. Caso haja espaço para interpretação o juiz decidirá conforme o cód. Civil art. 1735 inciso III. A tutela

testamentaria será a primeira opção do Juiz, a final quem melhor que os pais para escolher os tutores. A segunda opção será a tutela consanguínea, destinada aos parentes mais próximos, se não houver a possibilidade de nomear parente ou se esses se escusarem ou não existirem, caberá a tutela dativa na qual o juiz nomeará um terceiro para a exercer. Independente de qual for a tutela, testamentaria, consanguínea ou dativa caberá a apreciação de um juiz.

### **7.1. Fatos**

A jornalista Gloria Maria, que faleceu em fevereiro de 2023, alterou seu testamento quando soube pelos médicos que seu caso era irreversível, ela lutava contra o câncer desde 2019. Gloria Maria nomeou em testamento como tutores de suas filhas Maria e Laura, os padrinhos Julia Azevedo, Bruno Astuto, Caio Nabuco e a atriz Regina Casé. Outro caso ocorreu em 2017 publicado no G1 com o seguinte título “Drama de deficiente órfão abre debate sobre responsabilidade por cuidados” A matéria fala a respeito de um homem deficiente, que tem epilepsia, retardo mental moderado, distúrbio de fala e é totalmente vulnerável.

Ele ficou órfão os 32 anos, e foi recusado pelos familiares. Uma liminar determinou que o homem fosse amparado pelo município. Ele foi encaminhado para um abrigo, mantido pela prefeitura, mas que não tem suporte para pessoas com deficiência, a Apae abriu uma exceção e está atendendo o mesmo de segunda a sexta em horário integral. Segundo a promotora Carla Froes Tosta, o ideal é que as famílias procurem a defensoria pública e os órgãos de assistência social, para planejar o acolhimento por familiares ou instituições de saúde.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, por meio da pesquisa de campo realizada na ONG, foi possível observar que o acesso à informação sobre a curatela para pessoas com deficiência desempenha um papel crucial na efetivação de seus direitos e na promoção de sua dignidade. A curatela, embora seja uma ferramenta jurídica importante para proteger essas pessoas, deve ser aplicada de forma equilibrada, sempre respeitando o princípio da autonomia da pessoa, conforme assegurado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Além disso, ficou claro que muitas famílias e pessoas com deficiência ainda enfrentam dificuldades para compreender o processo de curatela e seus impactos. A falta de uma comunicação clara e acessível sobre os direitos e deveres envolvidos pode gerar barreiras significativas no exercício da cidadania plena dessas pessoas.

## 9. REFERÊNCIAS

V simpósio sobre transtorno do espectro autista - valorize as capacidades e respeite os limites

Organizador: OAB - Taboão da serra, Amarts e clínica figueiredo E LIMA.

ONG Ninho da Esperança.

Santos, A. C. (2017). Inclusão e cidadania: O papel das pessoas com deficiência na política. *Revista Brasileira de Inclusão Social*, 10(2), 45-60.

Pereira, M. L., & Oliveira, R. S. (2019). Barreiras e desafios para a participação política das pessoas com deficiência. *Cadernos de Direitos Humanos*, 15(3), 77-92.

Souza, J. C. (2020). Representatividade e acesso à informação no cenário político das pessoas com deficiência. *Revista de Estudos Sociais*, 25(1), 112-125.

Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994)

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008)

SOUZA, Maria. "Educação Inclusiva: Desafios e Perspectivas para o Ensino de Pessoas com Deficiência". *Revista Educação Especial*, v. 20, n. 2, 2019

Inteligência artificial (usado para montagem da estrutura dessa pesquisa)

SciELO e o Portal de Periódicos da CAPES. Educação Inclusiva e Diversidade

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)

Teorias da Aprendizagem e Desenvolvimento

Tecnologia Assistiva e Acessibilidade

Formação de Professores e Práticas Pedagógicas Inclusivas

Autorizo o uso do nome da instituição, qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e para os alunos da ETEC Jardim Ângela – CEU Guarapiranga do curso técnico em Serviços jurídicos para utilizar no trabalho de conclusão de curso (TCC), apenas para fins educacionais.

São Paulo, aos 31 de OUTUBRO de 2024

50.731.300/0001-91

**Ninho da Esperança**

*[Assinatura]*  
Rua Jupimira, 76 RIV. São Paulista  
São Paulo CEP: 01307-000

**ESCOLA TECNICA ESTADUAL ETEC JARDIM ÂNGELA**

Estrada da Baronesa, nº 1965, Baronesa, São Paulo, SP, CEP 04941-175

Telefone 11-5833.0943 e 58330861

E-mail secretaria@etecjardimangela.com.br

Ato legal de criação da unidade Decreto Nº 55.222 de 22 de dezembro de 2009 e

Publicado no DOE em 22 de dezembro de 2009.

**DECLARAÇÃO**

Declaramos para os devidos fins, que os alunos (as) abaixo relacionados (as), RG, são regularmente matriculados (as) neste Estabelecimento de Ensino no 3º módulo do Curso **TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS – EXTENSÃO CEU GUARAPIRANGA**, período noturno, das 18h45min às 22h45min, e o objetivo desta declaração é para uma visita técnica orientada pelo (a) coordenador (a) Professor (a) MAURICIO PEREIRA e Professor (a) HENRICO FERNANDO SILVA SCHEUNEMANN.

O curso de **TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS – EXTENSÃO CEU GUARAPIRANGA** tem duração de 03 (três) semestres.

Previsão de término do curso é **dezembro 2024**, caso não haja desistência ou reprovação do aluno (a).

ALUNOS (AS):

RM	NOME	RG
23577	MARIANA GONÇALVES MENEZES	425829030
23594	RONICLECIO NASCIMENTO DOS SANTOS	39413656
23691	GEOVANNA GOMES SOUZA	500546058
23766	GEIZIBELL DA CRUZ PACONA	20826803
23643	IVANY GUEDES DA SILVA	552256302
23682	LUCIANA VIEIRA DA SILVA DUARTE	227388811
23516	LETICIA DOS SANTOS SAMPAIO	504507230

São Paulo, 30 de agosto de 2024

**ETEC JARDIM ANGELA**

Henrico Fernando Silva Scheunemann  
Coordenador da Unidade

60.731.569/0015-54

Ninho da Esperança

Rua Japuruvá, 76 Riviera Paulista  
São Paulo CEP- 04923-116 SP

Estrada da Baronesa, 1.695 – Baronesa – SÃO PAULO/SP – CEP: 04919-000  
Telefones: 5833-0943 /Fax: 5833-0861

Henrico Fernando Silva Scheunemann  
RG 43.671.596-X SSP/SP  
Gestor de Classe  
Descentralizada  
ANGELA